

9. PROPOSTA - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE LICENCIAMENTO E EXECUÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA:

Submete-se proposta para emissão de parecer prévio vinculativo favorável, para efeitos do disposto nos nºs 5 e 12, do artº. 75º. da Lei do Orçamento de Estado 2015 e do artº. 3º. da Portaria 149/2015, de 26 de maio.

PROPOSTA

Considerando que:

1. O município de Braga tem necessidade de assegurar a aquisição de serviços de elaboração dos projetos de licenciamento e execução da Requalificação do Parque de Exposições de Braga (PEB).
2. Sendo o valor estimado do contrato 206.900,00 € (IVA excluído), proceder-se-à à abertura do procedimento previsto no artigo 20º, nº1, alínea b), do Código dos Contratos Públicos (concurso público) .
3. Tratando-se de uma aquisição de serviços encontra-se sujeito à Lei do Orçamento de Estado.
4. O artigo 12.º-H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20.08, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10.07, que foi mantido em vigor ex vi n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11.09, determina a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, designadamente nas situações em que não tenha sido aprovada a Lei do Orçamento do Estado, como sucede no presente.
5. Assim, e até à entrada em vigor da Lei que aprove o Orçamento de Estado para o ano de 2016, verificar-se-á, desde 01.01.2016, um período transitório em que se mantém, nos termos definidos no citado artigo 12.º-H da LEO, a vigência da Lei n.º 82 -B/2014, de 31.12, que aprova o Orçamento do Estado para 2015 e com as devidas adaptações.
6. O Orçamento do Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31.12 (LOE2015), no seu artigo 75.º mantém a aplicação de medidas redutivas aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços, que venham a renovar-se ou a celebrar-se em 2015, com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014, bem como a obrigatoriedade de emissão de parecer prévio vinculativo (PPV).

7. De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 75.º da LOE2015, carecem de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços em 2015.
8. A Portaria n.º 149/2015, de 26.05 veio regulamentar os termos e a tramitação do PPV e da autorização previstos no artigo 6.º do DL n.º 209/2009, de 03.09.
9. Nos termos do n.º 6, do artigo 75.º da LOE2015, e do artigo 3º da portaria 149/2015, o parecer prévio vinculativo depende da verificação dos seguintes requisitos:
 - a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
 - b) Existência de cabimento orçamental;
 - c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável e se aplicável;
 - d) Demonstração do cumprimento da redução prevista no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12.09, aplicada nos termos dos n.ºs 1 a 4, 9 e 10 do artigo 75.º da LOE2015, e com as reversões definidas no artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30.12, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes.
10. Nos termos do n.º 12, do artigo 75.º da LOE2015, no caso das autarquias locais, o parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo.
11. No ano transato não foi celebrado contrato com o mesmo objeto, pelo que não se encontra o mesmo sujeito a redução remuneratória, de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12.09, aplicada nos termos dos n.ºs 1 a 4, 9 e 10 do artigo 75.º da LOE2015, e com as reversões definidas no artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30.12.

Assim, proponho a este Órgão Executivo:

- A emissão de parecer prévio vinculativo favorável, para efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da LOE2015, e do artigo 3.º da Portaria 149/2015, relativamente ao contrato de aquisição de serviços de elaboração dos projetos de licenciamento e execução da Requalificação do Parque de Exposições de Braga (PEB).

Anexo:

- Cabimento orçamental n.º 2016033/209, de 08-02-2016

Braga, 10 de fevereiro de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,





Elaborada por: ARF



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016033/209 (DESPORTO)
Data : 2016-02-05

1000

FORNECEDORES/PATRIMONIO

Contribuinte: 999999990

PORTUGAL

Braga, 2016-02-08

Cabimento: 2016033/209 a 2016-02-08

(EUR)

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Descr	I.V.A.	Valor
442221571	2016-02-05	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETOS DE LICENCIAMENTO E EXECUÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA	----	1,000	206900,00000	N 23,0		206 900,00
	Data	Órgão Económica	Dotação		Valor			
	2016-02-08	03 07010406	4 552 740,00		254 487,00			
	Data	Funcional Designação			Valor			
	2016/02/08	252040 REQUALIFICAÇÃO DO PEB			254 487,00			

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
206 900,00	23,00	47 587,00	206 900,00	47 587,00	254 487,00

Observações:
CONCURSO PÚBLICO CP/1/16/DACPGP

Condições de pagamento :
Local de entrega : REQUALIFICAÇÃO DO PEB - GAP

O responsável da contabilidade


(Dr. Valdemar Ferreira)

NIF: 506 901 173